



Funaro ainda confia

Reuter



Jacques de Larosière

UPI

## O País corre o risco de colapso, diz *NYT*

NOVA YORK — Enquanto as festividades do Carnaval já estavam se desenrolando no Rio de Janeiro, o ministro da Fazenda do Brasil, Dilsen Funaro, e o diretor do Banco Central, Francisco Gros, voaram para Washington na semana passada, com a finalidade de procurar ajuda junto aos funcionários financeiros norte-americanos e internacionais. Eles conseguiram chá e simpatia, mas nenhuma promessa de mais dinheiro, enquanto não apresentarem um plano para colocar a intensa inflação brasileira sob controle.

Quando os brasileiros prosseguiram sua viagem para Londres, na segunda-feira, receberam exatamente o mesmo tratamento por parte do ministro das Finanças da Inglaterra, Nigel Lawson, que lhes disse que o Brasil terá de resolver os seus problemas de dívida com os bancos credores antes de poder conseguir uma ajuda por parte dos governos. E também que os brasileiros teriam de elaborar um acordo com o FMI, para poderem esperar dinheiro novo ou termos mais fáceis por parte dos bancos comerciais.

Até o momento, os bancos continuam se recusando a ceder à ameaça implícita de perderem o que já emprestaram ao Brasil, se bem que isto já lhes esteja custando um total de US\$ 450 milhões por mês em juros não saldados. Há duas semanas, o Brasil resolveu suspender os paga-

mentos referentes a US\$ 68 bilhões em empréstimos contraídos junto aos bancos comerciais e seguiu este passo congelando cerca de 15 bilhões de créditos comerciais e depósitos interbancários feitos por bancos e instituições estrangeiras. Isto significa que o Brasil está sustando os pagamentos referentes a cerca de US\$ 83 bilhões de sua dívida externa total de US\$ 109 bilhões.

Um importante banqueiro do comitê de negociações, formado por 14 bancos, declarou terça-feira numa entrevista: "A situação é séria. Eu não posso realmente dizer que tudo está em vias de se arranjar".

A ameaça aos bancos privados é a arma mais forte dos brasileiros, mas o banqueiro norte-americano disse: "O ataque aos bancos pode ser de uma ajuda apenas marginal para eles".

O problema do Brasil no setor do comércio externo, de importância crucial para a sua capacidade de saldar os serviços referentes à dívida, origina-se do Plano Cruzado, que foi adotado há um ano pelo presidente José Sarney e pelo ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, para ajudar seu partido a vencer uma eleição.

A combinação de profundos cortes fiscais e de controles de preços e salários a princípio teve a aparência de um novo milagre. O PNB cresceu em 10% no ano passado. Mas o boom também atraiu importações, elimi-

nou o superávit comercial usou US\$ 5 dos US\$ 9 bilhões de reservas e reincentivou a inflação, que já está próxima de 600% ao ano. As taxas de juros aumentaram em 750%, capitais fugiram do País, os bancos estrangeiros cortaram os seus empréstimos e os investimentos caíram.

Por que o Brasil está se recusando a apresentar um plano? O motivo básico pode ser encontrado na política doméstica. O governo Sarney é fraco e está internamente dividido. As pressões dos sindicatos e de outros grupos contra a aceitação dos sacrifícios fazem com que se torne muito difícil para o governo agir com decisão.

Geoffrey L. Bell, proprietário da Geoffrey Bell & Co., uma empresa de consultoria política e econômica, vê teimosia também do lado dos bancos. "Esta situação difícil se tornou ainda mais complexa e emocional por causa da posição intransigente assumida pelo Citibank, no que diz respeito às concessões para os devedores", disse ele. "O Citibank liderou a luta contra a redução do spread para o México e mostrou-se peremptório na sua recusa em considerar quaisquer reduções de margens para os demais devedores."

em Londres, Funaro tentou dividir os credores iniciando um ataque contra os bancos norte-americanos, que, disse ele, têm uma representação de 50% no comitê de negociações

formado por 14 bancos, ao mesmo tempo em que têm apenas 35% da dívida brasileira em relação aos bancos.

O importante banqueiro norte-americano que faz parte do comitê de negociações disse: "O pior caso seria se nenhum dos dois lados cedesse". Mas não espera que isso aconteça.

E ele disse também que, num impasse político-econômico semelhante com a Argentina, foram necessários meses para que o presidente argentino, Raul Alfonsín, encarasse a realidade econômica, demitindo o seu ministro financeiro, Bernardo Grinspun.

Mas tanto os participantes como os observadores bem informados esperam que as negociações entre o Brasil e os bancos se tornem longas e repletas de confrontos. Consequentemente, existem elevados riscos de que um colapso brasileiro ocorra em meio a uma economia mundial tensa, cada vez mais fraca, com mais elevados índices de desemprego, instável e cada vez mais protecionista.

A necessidade mais urgente, para que a crise da dívida brasileira e também a crise mais ampla da dívida internacional possa ser solucionada, é o fortalecimento do crescimento econômico mundial. Mas um milagre mundial poderá ser tão difícil de se conseguir quanto já se revelou ser difícil o milagre brasileiro.